**Angela Maria Rubel
Fanini**

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR)

**Erike Luiz Vieira
Feitosa**

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR)

**O Discurso da revista
The Economist e sua
tese sobre a
improdutividade
brasileira: uma
análise dialógica**

***The Economist's*
Discourse and its tesis
about the Brazilian
unproductivity:
a dialogical analysis**

**El discurso de la *The
Economist* y su tesis
de la improductividad
brasileña: un análisis
dialógico**

RESUMO

Este artigo consiste em uma análise dialógica do discurso (ADD) de viés bakhtiniano que tem por objeto uma reportagem publicada pela revista britânica *The Economist* em 2014 sobre a suposta improdutividade do trabalhador brasileiro. O estudo apresenta conceitos e princípios epistemológicos que fundamentam a abordagem teórico-metodológica e possibilitam a investigação do posicionamento axiológico da revista. Identifica que, orientada pelas premissas macroeconômicas da ideologia neoliberal, a publicação recorre a um estereótipo de longa duração que corresponde à imagem do brasileiro culturalmente preguiçoso, ideia utilizada para justificar a defesa de que o país precisava, naquele momento, reaproximar-se, política e economicamente, do neoliberalismo, abandonando a heterodoxia keynesiana. Aponta que a revista oblitera as consequências sociais da racionalidade econômica-expansionista e reifica o trabalhador brasileiro, tratando a sua produtividade no trabalho, considerada baixa, como uma questão patológica, sendo a prescrição de medidas liberalizantes a cura para a doença do país e do trabalhador. O artigo conclui que esse discurso interfere na constituição de uma consciência de si dos brasileiros.

Palavras-chave: Neoliberalismo e keynesianismo. Trabalhador brasileiro. Trabalhador improdutivo. Análise dialógica de discursos jornalísticos.

ABSTRACT

This article is a dialogical discourse analysis, inspired by Bakhtin and his circle though, that analyses an article published by the British magazine *The Economist* in 2014 about an alleged unproductiveness of the Brazilian worker. The study presents concepts and epistemological principles that base the theoretical-methodological approach and enable the investigation of the axiological positioning of the magazine. It identifies that, guided by the macroeconomic assumptions of neoliberal ideology, the publication uses a long-term stereotype that corresponds to the image of the culturally lazy Brazilian, an idea used to justify the defense that the country needed, at that moment, to re-approximate itself, politics and economically, of neoliberalism, abandoning keynesian heterodoxy. It points out that the magazine obliterates the social consequences of the economic-expansionist rationality and reifies the Brazilian worker, treating his labor productivity, considered low, as a pathological issue, the prescription of liberalizing measures being the cure for the country's and worker's disease. The article concludes that this discourse interferes in the constitution of an awareness of itself of the Brazilians.

Keywords: Neoliberalism and Keynesianism. Brazilian worker. Unproductive worker. Dialogical analysis of journalistic discourses.

RESUMEN

Este artículo es un análisis del discurso dialógico inspirado en el pensamiento y el estudio de Bakhtin y su círculo. Esta investigación analiza un artículo publicado por la revista británica *The Economist* en 2014, en la que la revista aborda la cuestión de una supuesta falta de productividad de los trabajadores brasileños. El estudio presenta los conceptos y principios epistemológicos que subyacen en el enfoque teórico y metodológico y permiten la investigación del posicionamiento axiológico de la revista. Identifica que, impulsado por los supuestos macroeconómicos de la ideología neoliberal, la publicación utiliza un estereotipo de larga duración que corresponde a la imagen de un Brasil culturalmente perezoso, idea utilizada para justificar la defensa de que el país necesitaba, en ese momento, convertir a la ideología neoliberal, dejando a un lado la heterodoxia keynesiana. Señala que la revista hace desaparecer las consecuencias sociales de la racionalidad económica-expansionista y considere el trabajador brasileño como una cosa. Además, su productividad en el trabajo, considerado bajo, sería una cuestión patológica: la liberalización de la economía sería la cura para la enfermedad en el país y los trabajadores. El artículo concluye que este discurso interfiere con la formación de una conciencia de los brasileños.

Palabras clave: Neoliberalismo y keynesianismo. Trabajador brasileño. Trabajador improdutivo. Análisis dialógico del discurso periodístico.

Submissão: 10-2-2017

Decisão editorial: 31-3-2020

Introdução

Em 2014, a revista britânica *The Economist* publicou reportagem que classificava o trabalhador brasileiro de “gloriosamente improdutivo”. Provocador, o texto afirmava que o país, em si, era improdutivo e que, para a economia crescer, os trabalhadores deveriam abandonar o estado de “estupor” em que estavam. Com tom colonizador, defendia que o Brasil abandonasse as políticas macroeconômicas intervencionistas e retornasse à obediência das premissas macroeconômicas neoliberais.

A abordagem baseia-se na ideia de que o brasileiro não gosta de trabalhar, é preguiçoso, malandro, incapaz, entre outros adjetivos usados de maneira derrisória. Filiada a um discurso de longa data, essa concepção influencia enunciações sobre a brasilidade em diferentes contextos socioculturais. Nesse sentido, é relevante conhecer sua arquitetura e orientação, intento buscado, neste artigo, por meio da Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Retomar a análise desses enunciados, por essa perspectiva, neste momento, é algo importante por diversos pontos de vista, a começar pela constatação de que a ideologia neoliberal, no início da década, não era hegemônica no que tange às políticas econômicas adotadas pelo país. Com o passar dos meses,

após essa publicação, discursos com lastro em pressupostos neoliberais se intensificaram, tendo boa parte dos meios de comunicação social como seus impulsores. Isso contribuiu para refrações significativas da realidade brasileira, seja na política, seja na economia. O Brasil mudou. Não se credita tal transformação a esse texto, exclusivamente, até mesmo porque esse é um enunciado que faz parte de um conjunto dialógico infinitamente maior, mas se sustenta que essas construções discursivas correspondem, sim, aos pilares ideológicos que ajudaram a construir um novo desenho para o Estado brasileiro. Essa nova configuração interferiu na forma como milhões de pessoas, “improdutivas” ou não, trabalham e vivem, e, na outra ponta, preservou o ritmo de reprodução do capital.

Pressupostos teóricos e metodológicos

Para Bakhtin e o Círculo¹, a linguagem é central na história e na concretude da existência imediata dos sujeitos. A linguagem situa-se no campo da vida: ser é comunicar-se, por meio do diálogo, com outrem (BAKHTIN, 2013, p. 293). Essa alteridade é um princípio fundante do pensamento bakhtiniano, sendo o dialogismo outra premissa essencial. Articulados, esses dois princípios embasam uma percepção das relações sociais que destaca a comunicação ativa de um “eu” com um “outro”, estruturando um arcabouço teórico-metodológico que extrapola os limites dos estudos linguísticos e literários, vinculados à imanência do texto, e possibilita leituras nos mais diferentes campos das Ciências Humanas.

¹ Grupo de intelectuais, incluindo Mikhail Bakhtin, que, entre as décadas de 1920 e 1970, na extinta URSS, participaram de círculos de discussão sobre linguagem e temas correlatos.

Palavra e ideologia

Para Bakhtin, há ideologia em tudo o que pensamos ou dizemos. O signo verbal é ideológico, na medida em que os diferentes sujeitos que o enunciam fornecem a ele novos sentidos e orientações no convívio social. Qualquer signo que entre na corrente contínua e infinita da comunicação interpessoal, verbal ou não, torna-se ideológico. Aqui, a ideologia não é concebida a partir de relações do tipo verdade-mentira, tese-antítese, tal qual preconcebem certas leituras redutoras do materialismo dialético. Ideologia é o embate entre sujeitos diferentes, que compartilham e utilizam os mesmos signos, dando a eles, no contato linguageiro do cotidiano, diferentes sentidos. A própria consciência surge e se afirma mediante a encarnação material em signos, pois a compreensão de algo é uma resposta a um signo por meio de outros signos, ou seja, a consciência individual é, por definição, semiótica, e, portanto, ideológica (BAKHTIN;VOLOCHINOV, 2014).

A palavra, por sua vez, possui caráter ubíquo. Está presente tanto na infraestrutura quanto nas superestruturas sociais. Encontra-se em todas as dimensões humanas e, portanto, em todas as relações sociais. A mesma expressão, como, por exemplo, “trabalhador”, uma das que mais interessa a este artigo, é um signo que assume diferentes valores semióticos de acordo com o campo ideológico, posicionamento dos interlocutores e contexto social. Do ponto de vista do capital, pode remeter a aspectos que dizem respeito a custos, controle da produção e lucratividade. Para quem não possui os meios de produção, tende a refletir e refratar uma realidade imediata bastante familiar, remetendo a valores que discutem, por exemplo, dignidade e honra ou sofrimento, degradação.

Enunciado e diálogo

Bakhtin (2011) postula que a unidade básica da comunicação discursiva é o enunciado, afastando esse conceito de uma visão puramente linguístico-gramatical: dotado de um potencial imanentemente responsivo, o enunciado caracteriza-se por possuir uma capacidade de impelir o interlocutor a um agir reativo, incitando-o à produção de novos enunciados. Um enunciado pode ser uma longa reportagem ou uma única palavra, pois carrega um potencial dialógico imanente, sendo sempre fruto do contexto. A partir do momento em que o enunciado, curto ou longo, desperta no interlocutor a necessidade de novas enunciações, ele deixa de ter valor meramente gramatical para assumir um sentido, ou seja, a enunciação pressupõe a existência de outra pessoa ou outras pessoas em um diálogo. A linguagem, capacidade inerentemente humana, faz-se na prática e a isso o Círculo denomina de discurso.

Também é por meio de enunciados que o “outro” se faz presente no “eu”. A experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com enunciados de outrem. Nosso discurso é pleno de palavras dos outros, que trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo, que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Um enunciado sempre tem autor e destinatário (auditório social), sendo esse endereçamento outra peculiaridade constitutiva de cada enunciação (Ibid., p. 305). Tudo o que é dito, escrito, composto ou produzido o é para alguém, às vezes até mesmo para o próprio enunciador, tendo em vista que a alteridade é verificável também no próprio sujeito – no vasto

campo da língua viva, o “eu” pode ser “outro” para si. O monólogo se transforma em diálogo. Não há enunciado isolado do contexto de sua enunciação.

O diálogo é um conceito sem o qual não se pode compreender, por completo, a noção de enunciado, haja vista ambos serem interdependentes. Mais que um postulado retórico, o diálogo, para o Círculo, assume caráter axiológico, epistemológico e metodológico, além de poder ser entendido como um posicionamento ético e político.

No âmbito do pensamento bakhtiniano, a noção de dialogismo pressupõe não só a existência de outrem com o qual se trava o ato comunicativo, mas parte da premissa de que todos os interlocutores podem tanto falar quanto ouvir, dialogando por meio de vozes isônomas e imiscíveis (BAKHTIN, 2013).

Polifonia e monologismo

O modelo ideal de sociabilidade para o pensamento bakhtiniano, na representação artística e também na vida cotidiana, preserva a subjetividade e garante o diálogo. Essa discussão é feita com mais vigor por Bakhtin na análise da obra de Dostoiévski, considerado o criador de um tipo totalmente novo de pensamento artístico. Bakhtin vê polifonia nas diferentes relações entre as personagens dostoiévskianas, pois no romance polifônico do escritor russo o autor é interlocutor de seus personagens, mantendo com eles condição de isonomia. A condição de igualdade entre as vozes dos interlocutores é a essência da polifonia, forma de organização dos relacionamentos interpessoais que não oblitera a ação e o pensamento dos sujeitos, combinando diferentes vontades (BAKHTIN, 2013).

A polifonia não exige, necessariamente, convergência. Dar a voz ao outro não é o mesmo que concordar com ele de antemão, mas lhe garantir o direito à fala. Ela aceita diferenças, busca a diversidade, a pluralidade, o caráter plenivalente da linguagem e da vida concreta: propicia as condições para que haja diálogo. Desse mirante epistemológico, a vida é um diálogo inconcluso em que sempre haverá embate.

Bakhtin não percebe a polifonia primeiramente no romance russo, mas na vida e observa como Dostoiévski faz dessa polifonia da vida um expediente artístico. Bakhtin não é teórico da literatura, mas insere sua obra na cultura e na história. Assim, inspirado em Dostoiévski, Bakhtin tende a refutar qualquer tipo de fechamento, acabamento de uma personagem por seu autor, de um sujeito pelo outro, de uma consciência por outra – ou no caso do objeto deste artigo, de um jornalista por seus entrevistados, de um meio de comunicação por uma coletividade. A palavra definitiva sobre o outro não pode existir, pois a finalização estética (e ética) de outrem é um ato autoritário, monológico. Para Bakhtin (2011, p. 339), “[...] monologismo é a negação da isonomia entre as consciências em relação à verdade (compreendida de maneira abstrata e sistêmica)”. É o plano de uma consciência só:

O monologismo nega ao extremo, fora de si, a existência de outra consciência isônoma e isônoma-responsiva, de outro eu (tu) isônomo. No enfoque monológico (em forma extrema ou pura), o outro permanece inteiramente apenas objeto da consciência e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no mundo da minha consciência. O monólogo é concluído e surdo à resposta do outro,

não o espera e nem reconhece nele força decisiva. Passa sem o outro e por isso, em certa medida, reifica toda a realidade. Pretende ser a última palavra. Fecha o mundo representado e os homens representados (BAKHTIN, 2011, p. 348).

Obviamente que uma situação polifônica na vida real existe, porém em contextos democráticos, que preservam a diversidade. Não se pode descuidar das relações assimétricas de classe, de poder, de hierarquia que obstaculizam a situação polifônica. Bakhtin trata desta questão ao investigar o monologismo. O pensamento bakhtiniano não é alheio à impossibilidade de polifonia nos contextos sociais, mas não encontramos de modo mais sistemático uma saída para o enfraquecimento das posições monológicas. Todavia, o fato de destacar a não reificação do sujeito faz do teórico russo um crítico do monologismo. Assim, o pensamento bakhtiniano não aceita a transformação do homem, sujeito dotado de vida, em objeto mudo de um conhecimento conclusivo à revelia: “No homem, sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante” (Ibid, p. 66). Nessa perspectiva, à qual este estudo se alinha axiologicamente, o trabalhador não é só trabalhador, mas, antes de tudo, é humano; é um sujeito histórico que não pode ser restrito a apenas uma de suas características ou funções sociais, uma vez que, apesar de trabalhar e de, em muitas situações, de trabalhar na maior parte do tempo, esse sujeito é mais que o trabalho heterônomo (GORZ, 2007) ou abstrato (MARX, 2013) que desenvolve.

Imagem externa

Com relação a um outro objeto de criação ou de representação estética, o observador possui excedente de visão. Por estar em posição diferente, fora dele, pode ver elementos que o outro é incapaz de perceber. Ao retratá-lo, o observador se inscreve em uma situação ética (BAKHTIN, 2011). Da mesma forma que o outro é compreendido por mim, a compreensão do eu só pode ocorrer por meio do outro. Isso equivale a dizer que o “eu” não tem uma impressão exclusiva e única da sua própria imagem e que esta depende da valoração que é dada por outrem. A visão do outro sobre o eu importa. A relação do indivíduo com a própria imagem externa diz respeito ao seu eventual efeito sobre observadores imediatos, isto é, “nós a avaliamos não para nós mesmos, mas para os outros e através dos outros” (Ibid. p. 31). Por esse motivo, o que é dito pelos outros a nosso respeito (trabalhadores brasileiros) nos interessa. Quem somos no discurso de certas mídias? Isso nos forma. Entretanto, também temos discursos sobre nós que vêm de ambientes familiares e sociais – de fora do trabalho. Esses discursos outros também nos dizem e vão construindo nossa identidade. Ainda assim, o discurso da mídia e de especialistas é creditado e interfere em nossa identidade. Aqui temos a temática da linguagem e identidade, da linguagem e poder. O que se diz a nosso respeito importa, sobretudo quando advém de instituições consideradas importantes.

Análise dialógica do discurso (ADD)

A ADD percebe a linguagem como discurso, como já referido neste artigo, e de forma contextualizada, ou seja, enraizada no contexto histórico. Os tex-

tos adquirem sentidos no cenário extralinguístico, quando são convertidos em enunciado, em suma, quando ganham destaque as relações dialógicas. Tendo como sua unidade básica o enunciado, ela confronta os diversos signos presentes no *corpus* da pesquisa com outros enunciados pertinentes. Do embate discursivo não se espera alcançar uma síntese obrigatória, mas a exposição das posições axiológicas dos interlocutores. O objetivo primário é o embate de vozes que, anseia-se, sejam isônomas e imiscíveis. O discurso ocorre em certo cronotopo (tempo e espaço), entre um eu e um outro, situados em determinados contextos sociais. Uma análise discursiva eminentemente formal e textual é rejeitada, por ser reducionista. O texto abordado neste artigo advém de certos contextos, emitidos por certos sujeitos cujas posições éticas e políticas constroem certa visão do objeto, no caso, o trabalhador brasileiro. Então a imagem do trabalhador aí plasmada deve ser entendida nesse cenário, uma vez que todo elemento construtivo do texto obedece a certa diretriz axiológica do mesmo.

The Economist

O periódico *The Economist* foi fundado em Londres, no ano de 1843, por um fabricante de chapéus escocês chamado James Wilson. Com o intuito de influenciar homens de negócios, seu objetivo inicial era abordar assuntos políticos e comerciais relacionados à agricultura e ao livre comércio (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). Apesar do nome sugerir um olhar restrito a questões econômicas, a revista publica informações sobre uma vasta gama de assuntos, como ciência, artes e comportamento. Ela é o principal produto do *The Economist Group* – que

se apresenta como a “principal fonte de análise de negócios e assuntos internacionais” (THE ECONOMIST GROUP, 2015).

O periódico percebe a conjuntura mundial pelas lentes do liberalismo econômico aliado a um pragmatismo político, tendo bases conservadoras no campo econômico e liberais no cenário cultural. Já apoiou abertamente conservadores, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, e trabalhistas ou democratas, como Harold Wilson, Bill Clinton e Barack Obama (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). “Mais que ‘pró-business’, pois, segundo seu editor, não trata os homens de negócios com a idolatria de outras publicações, é a favor do capitalismo” (MOLINA, 2013). No que tange a questões socioculturais, declara-se favorável à descriminalização das drogas e é antimonárquico. Também defende o fim da pena de morte, a realização de uma reforma penal inglesa, o controle de armas e o casamento homossexual (MICKLETHWAIT, apud OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010).

Os seus textos não são assinados e se assemelham à editoriais, o que permite que a revista responda institucionalmente pelas análises que publica. Daí já se pode depreender que há postura monológica, pois não se assegura aos jornalistas a assinatura dos artigos, obliterando, em parte, suas vozes – enquanto “gênero relativamente estável do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 262), o editorial funciona como um centro homogeneizador das falas, tal qual o romancista monológico, que difere do narrador polifônico. De forma geral, seus conteúdos são conhecidos por manter um estilo com argumentação clara e direta. As capas são provocantes. Há menos preocupação com o “furo”, a notícia exclusiva, do que em mostrar tendências

e fazer análise (MOLINA, 2013). A língua utilizada é o inglês e todas as semanas o mesmo conteúdo é oferecido a leitores do mundo todo.

Seu interesse pelo Brasil transcende os aspectos relacionados ao mercado editorial, pois é com frequência considerável que o país se torna objeto de análise, principalmente em momentos de tensões ou mudanças no campo da economia globalizada, como, por exemplo, já em 1843. Principal artigo da primeira edição, "*Our Expiring Commercial Treaty with the Brazils*" (THE ECONOMIST, 1843) mostrava a conveniência de abrir o mercado britânico para o Brasil.

Neste início de século, dado o crescimento da relevância do Brasil no cenário econômico internacional, a cobertura sobre o país se intensificou. Em 2009, o periódico afirmou que o Brasil teria, finalmente, "decolado" (THE ECONOMIST, 2009). Quatro anos depois, abordou os motivos pelos quais a esperada decolagem não teria passado de um risível "voo de galinha" (THE ECONOMIST, 2013). *The Economist* chegou a pedir a demissão do então ministro da fazenda brasileiro, o economista keynesiano Guido Mantega (THE ECONOMIST, 2012), mas seu pragmatismo político em assuntos relacionados ao Brasil atingiu o ápice na semana que antecedeu a votação do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, quando, abertamente, declarou apoio ao candidato Aécio Neves (PSDB) (THE ECONOMIST, 2014 b). Após as eleições, comentando a quarta vitória petista em eleições presidenciais, retratou um país dividido, classificou o discurso da presidente reeleita – baseado em três palavras-chave, unidade, diálogo, consenso – de "arrogante" e, novamente, saiu em defesa de Aécio Neves, reiterando que, apesar de derrotado nas urnas,

ele era a “melhor escolha” e que, se a presidente objetivasse tirar o país da ameaça de estagnação, precisaria adotar as ideias econômicas defendidas por ele (THE ECONOMIST, 2014 c). De certa forma, isso acabou acontecendo logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando foi nomeado o economista ortodoxo Joaquim Levy, figura próxima ao mercado financeiro, para o Ministério da Fazenda, que deu uma guinada na linha ideológica da política macroeconômica – a pressão discursiva exercida pelos meios de comunicação e pelas elites econômicas começava a surtir efeito.

De forma geral, dos enunciados publicados por *The Economist* emerge um discurso que eleva as relações econômicas ao patamar de principal aspecto da vida humana. Assim, ainda que seja progressista com relação às superestruturas, é conservadora e monológica no que tange aos pilares infraestruturais da sociedade capitalista, tendendo a refutar enunciações que contrariem as máximas do neoliberalismo.

Sono patológico: o diagnóstico

“A soneca de 50 anos” (THE ECONOMIST, 2014 a) foi publicada em 19 de abril de 2014. O chapéu que abre a reportagem contém os dizeres “Economia do Brasil”, indicando o tema a ser abordado. O subtítulo diz que “os trabalhadores brasileiros são gloriosamente improdutivos” e que “para que a economia cresça, eles devem acordar deste estado de estupor”. Como é tradição na revista, o artigo não é assinado. Compõe a apresentação do conteúdo a imagem (FIGURA 1) de um homem confortavelmente deitado em uma rede, em uma bela praia, aparentemente desocupada.

Figura 1 – Versão online da reportagem “A soneca de 50 anos”.
(THE ECONOMIST, 2014 a).

Brazil's economy

The 50-year snooze

Brazilian workers are gloriously unproductive. For the economy to grow, they must snap out of their stupor

Apr 19th 2014 | SÃO PAULO | From the print edition

PECKISH revellers at Lollapalooza, a big music festival in São Paulo earlier this month, were in for a treat. In contrast to past years' menus of reheated hamburgers, they could plump for pulled pork, barbecue ribs or corn on the cob, courtesy of BOS BBQ, a Texan eatery in the city. More surprising than the fare, however, was the pace at which BOS's two tents dished it out. Over the course of two days the booths, each manned by six people, served 12,000 portions, or more than one every 15 seconds, boasts Blake Watkins, who runs the restaurant. Such efficiency is as

Percebe-se que a utilização do adjetivo “glorioso” não foi em vão. A pompa do termo dialoga com a arquitetura visual da fotografia, pois os signos e as cores presentes na imagem remetem instantaneamente a uma noção de brasilidade. A disposição dos elementos da imagem redesenha a nossa bandeira: o círculo azul (água); o retângulo verde (mata) e o losango amarelo (rede de dormir). A associação com o local do qual se fala é ainda mais exata quando se vê a personagem vestida de Brasil, da sunga azul à bandeira estampada no chapéu que a protege do sol. A pessoa retratada é brasileira e está no Brasil. E está como? Descansando, gastando o tempo, não trabalhando. Este seria, portanto, o lugar da beleza natural e da ausência de trabalho, da improdutividade. Fica dado, de antemão, o problema a ser

enfrentado: “para que a economia cresça, eles (os trabalhadores) devem sair deste estado de estupor”.

O uso da palavra “estupor” sugere que o estado de letargia é maior do que a palavra “soneca”, presente no título, indicava. Mais do que uma marca cultural da brasilidade, tal improdutividade poderia ser sintoma de algo mais sério, como uma doença – que estaria afetando o Brasil e os brasileiros. Note-se que a responsabilidade pela questão da produtividade é repassada quase que exclusivamente à classe trabalhadora, embora se saiba, como a própria matéria comenta adiante, que há outros fatores estruturais e socioeconômicos que impactam nesse índice. Ademais, a imagem está distante das reais condições materiais de vida de milhões de trabalhadores que vivem em comunidades; tomam transporte público lotado para se locomover ao trabalho e que vivenciam o ócio somente quando estão desempregados. Está mais condizente com a elite que não trabalha e tem tempo para usufruir dos ganhos materiais advindos dos que, efetivamente, trabalham.

A doença e o(s) doente(s)

O primeiro parágrafo da reportagem exalta a eficiência do empreendedorismo estrangeiro em contraste com a ineficiência dos serviços no Brasil. O narrador está no *Lollapalooza*, festival de música realizado em São Paulo em abril de 2014. Os visitantes tinham à sua disposição alguns restaurantes brasileiros, mas havia uma novidade, o restaurante texano BOS. O preço baixo da comida é surpreendente, de acordo com o texto, mas mais surpreendente ainda é o ritmo de atendimento. “Em dois dias teriam sido servidas 12 mil porções, ou mais de uma a cada 15

segundos, vangloria-se Blake Watkins, que administra o restaurante" (THE ECONOMIST, 2014a). O repórter adiciona que "tal eficiência é tão bem-vinda quanto incomum", para logo em seguida contar que os stands vizinhos demoravam de dois a três minutos para servir os clientes, o que estaria ocasionando longas filas. Fica evidente a opinião do autor de que o restaurante estrangeiro é eficiente e os demais, brasileiros, não: o BOS serve comida mais barata, melhor, e em um tempo menor, ao passo em que os restaurantes nacionais possuem os mesmos "hambúrgueres requeitados dos anos anteriores".

O senhor Watkins corrobora a tese da ineficiência generalizada: "Desde o momento em que você aterrissa no Brasil, você começa a perder tempo", afirma o administrador do restaurante, que está no Brasil há três anos. Ele almejava ter pelo menos 20 trabalhadores temporários no evento. Contratou 20, mas só a metade apareceu – os brasileiros, então, seriam pessoas que não gostam de trabalhar. A matéria não informa qual jornada de trabalho e qual salário foi oferecido a eles.

Indica a reportagem que o descompromisso com o trabalho se estende à iniciativa privada. Uma nova personagem é chamada a dar o seu depoimento: Lu Bonometti, dona de uma loja de biscoitos que precisou consertar a placa de identificação do empreendimento. Nenhuma das quatro empresas que chamou para fazer o serviço a atendeu. Assim, até os empresários não teriam esmero com o trabalho e com a produção. Essa ideia é reforçada quando o narrador afirma que "poucas culturas oferecem receita melhor para aproveitar a vida" e que "a noção de custo de oportunidade parece perdida na maioria dos brasileiros".

No terceiro parágrafo, a noção de preguiça como matriz cultural reaparece, dessa vez na voz de Regis Bonelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O recorte de sua fala enuncia que a recorrência de problemas como filas, engarrafamentos, prazos não cumpridos entre outros fatores semelhantes, anestesiaram os brasileiros – mais uma vez, evoca-se um termo médico. Pesquisador vinculado a uma prestigiada instituição, Bonelli tem autoridade sobre o assunto, é um “expert” apto a conferir fidedignidade e credibilidade ao discurso em construção – não é todo mundo que pode falar qualquer coisa em qualquer momento, ou, seja há uma ordem discursiva a ser respeitada (FOUCAULT, 2012). Nesse ponto, ainda que de maneira rápida, a reportagem foca em fatores alheios ao trabalhador e que interferem na produtividade, demonstrando que fatores externos também têm influência sobre esse índice, tornando evidente o equívoco da estratégia discursiva de creditar exclusivamente ao trabalhador a responsabilidade pelos baixos índices de produtividade nacionais.

O início da reportagem consiste em uma espécie de diagnóstico. Conclui de antemão que o Brasil é o lugar da improdutividade, da cultura do ócio, atributos que apontam para um quadro patológico nacionalmente generalizado. Historicamente, porém, há interpretações que consideram uma doença o culto exacerbado ao trabalho. No final do século XIX, Lafargue (2003) denunciava que o “dogma do trabalho” servia a ideais burgueses de dominação. Quem o amava, segundo o autor, era o camponês-proprietário e o pequeno-burguês comerciante. O pobre (trabalhador) sempre preferiu retirar da terra seu sustento e viver com pouco, mas apreciando outras dimensões

da vida. Com o advento da modernidade, entretanto, o endeusamento do trabalho foi sendo absorvido também pelo proletariado, que passou a vislumbrar a vida apenas pela ótica da produção. É nesse sentido que o autor advoga pela redução das jornadas de trabalho, visando dotar as pessoas de tempo livre, a fim de que proclamem o direito à preguiça. Outros pensadores como Gorz (2007) e Kurz (1999) também tratam da descentralidade do trabalho e da necessidade de haver outros espaços de sociabilidade para os trabalhadores. Obviamente, na reportagem analisada essa outra perspectiva é condenada, vista como improdutiva.

Improdutividade em dados

The Economist apresenta a improdutividade do trabalhador brasileiro por meio de termos peculiares ao campo das Ciências Econômicas, bem como pela quantificação e comparação com outras economias emergentes. Relata o repórter que a produtividade do brasileiro cresceu um pouco nas décadas de 1960 e 1970, época que coincide com o final do período desenvolvimentista e início da ditadura militar, mas a curva de crescimento, porém, não é significativa e a partir da década de 1980 a produtividade mantém momentos de oscilação mínima. Ao mesmo tempo, outros países emergentes, especialmente Coreia do Sul, Chile e México, apresentam crescimento de produtividade. Além disso, a produtividade total do fator, dimensão que mede a eficiência com a qual capital e trabalho são utilizados, é menor agora do que foi em 1960 – ou seja, o Brasil estaria desperdiçando o potencial de geração de riqueza tanto do capital acumulado quanto da força de trabalho. Em nenhum

momento se investigam as condições do trabalhador brasileiro em termos de educação formal, moradia, associação sindical. Também não há corte de classe, pois não se deixa claro de que trabalhador se enuncia. Qual a renda? Qual setor? Que classe social? O texto é bastante generalista e peca pela falta de informação e delimitação do objeto em foco, ou seja, o trabalhador.

Citando dados de uma empresa de consultoria, a revista relata que a produtividade do trabalho foi responsável por 40% do crescimento do PIB do Brasil entre 1990 e 2012, em comparação com 91% na China e 67% na Índia. A expansão da força de trabalho, "resultado da demografia favorável", formalização e baixo desemprego, também são apresentados como fatores responsáveis para o crescimento da economia brasileira, que, entretanto, não aparenta ser sustentável. Remetendo à análise do professor Bonelli, a revista prevê que a influência da produtividade no crescimento do PIB será de 1% ao ano na próxima década. Dadas as premissas, é emitida a proposição vital de um silogismo: "Para que a economia cresça mais do que a atual taxa de 2% ou menos ao ano, os brasileiros terão que se tornar mais produtivos". Percebe-se aqui a generalização do trabalhador para todo o brasileiro, sem corte de classe – uma generalização inadequada para qualquer texto científico ou que se pretenda informacional. À medida em que a leitura avança, vai ficando evidente que a racionalidade na qual a revista se baseia está fundamentada, primordialmente, no cálculo econômico. Assim, importa apenas o rendimento financeiro do trabalho, que àquele momento, poderia ser maior. Não tem importância a figura humana do trabalhador, que

só precisa ser produtivo. Essa posição demonstra a “racionalidade irracional do capital” (GORZ, 2007, p. 27), que pressupõe, no trabalho humano, apenas o significado estritamente econômico dessa atividade. Porém, ao não trazer outros aspectos da realidade, essa postura monológica, que acredita ser a única verdadeira, acaba carregando consigo, mesmo que à revelia, as diferentes vozes que pretende obliterar. Ao menos duas delas são perceptíveis no subtexto autoral. Uma é a que se coaduna com as posições políticas que defendem um estado um pouco mais interventor e atuante – dentro dos limites da democracia liberal, do estado democrático de direito e do capitalismo –, como se discutirá na sequência. A outra é a voz do trabalhador brasileiro, sujeito histórico que, no artigo analisado, em nenhum momento é convidado a se manifestar nesse diálogo monopolizado, embora seja ele próprio o assunto. Essa ausência passa a ser uma presença, pois os leitores observam com estranheza essa não participação trabalhadora. O jornalismo pode ser uma ágora que traz várias vozes em consonância ou discordância. É nesse sentido que se considera que, nessa postura monológica do periódico, há um silenciamento consciente de posturas contrárias à posição editorial.

Origens da doença

Sete aspectos são apontados como causas da doença da improdutividade: baixo investimento em infraestrutura; baixa capacidade de inovação; educação ruim; incompetência; conjuntura fiscal desfavorável; protecionismo econômico e uma tradição sociocultural que privilegia o amadorismo em detrimento do profissionalismo nos negócios. *The Economist*

argumenta que o Brasil investe apenas 2,2% do PIB em infraestrutura, taxa abaixo da média mundial, que é de 5,1%. São citados dados de registros de patentes para argumentar que o país não investe em inovação. O mesmo ocorre com a Educação, cuja qualidade é ainda sofrível – alunos brasileiros são os que têm as piores notas em testes padronizados: “O senhor Watkins reclama que os seus churrasqueiros de 18 anos de idade têm as mesmas habilidades que adolescentes americanos de 14 anos” (THE ECONOMIST, 2014 a). Aqui há outra generalização. Quem são esses adolescentes? Os de comunidades latinas e afro-americanas pobres? Os de classe média? Os pertencentes à elite norte-americana? Por certo, a educação formal é diversa nesses diferentes contextos.

A improdutividade estaria, assim, enraizada na cultura, contaminando o restante do organismo social, que apresenta sintomas indesejáveis em diferentes áreas (Educação e Inovação são os principais exemplos), e prejudicando, de forma direta, a produção, ou seja, impondo à livre circulação e reprodução do capital.

Com uma educação pífia, com pessoas malformadas, em um contexto de baixa inovação, a incompetência surge como uma consequência causal simples: “[...] muitas empresas brasileiras são improdutivas porque são mal gerenciadas” (Ibid.). Neste excerto, em que se destaca o papel da gerência no negócio capitalista, fica evidente o papel reservado ao trabalhador: o de fornecedor de força de trabalho, tão somente. Se este trabalhador produz a contento, é porque, então, é bem gerenciado por sua chefia, e não porque é dotado de qualificação, inteligência, compromisso ou porque, em conjunto com os seus companheiros de labuta, consegue superar os

diferentes desafios inerentes aos processos produtivos. A eficiência advém da administração, da gestão. Essa é uma visão autoritária sobre o trabalhador, que pressupõe sua submissão alienada à liderança patronal, que seria a fonte legítima da produtividade. Esse posicionamento remete às fases intermediárias do industrialismo, mais especificamente à noção de gerência científica, movimento iniciado por Frederick Winslow Taylor.

O taylorismo desconsidera, em boa parte, os aspectos humanos (sociais e psicológicos) na relação homem-trabalho, evidenciando condições sociais antagônicas. O que interessa são os melhores resultados para o capital, e não o bem-estar dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1987). Reduzido a um instrumento de produção, o trabalhador não tem nome, sentimentos, só precisa trabalhar, tal qual as máquinas das linhas de montagem, das quais se exige cada vez mais produtividade. Obviamente que em cada trabalhador dado nesse cenário laboral reificante persiste um ser humano que pensa e reage. O trabalho não molda de modo totalitário o trabalhador. O trabalho não tem um alcance ontológico holístico. Há outras dimensões que constituem a consciência, o ser, do trabalhador.

Para a *The Economist*, um potencializador da doença chamada improdutividade é a conjuntura fiscal. Devido ao "tratamento preferencial" dado pelo governo, pequenas e médias empresas saíam da irregularidade, mas eram desestimuladas a crescer (para não perder benefícios fiscais). Assim, para a revista, havia a necessidade de um menor número de trabalhadores e não existiam vantagens significativas para o aumento da produção. Mas não é só. Haveria o componente cultural, que estaria amarrando essas

empresas ao amadorismo e à ineficiência. Afirma a revista que muitos empreendedores contratam amigos ou parentes de confiança em vez de desconhecidos melhor qualificados “para limitarem o risco de serem roubados ou processados por funcionários, uma vez que notoriamente as leis trabalhistas são mais favoráveis ao trabalhador”. Aí fica explícito um preconceito, brasileiros não seriam confiáveis, pois são desonestos ou traiçoeiros com os patrões, e também uma sugestão: era preciso afrouxar as leis trabalhistas, reduzir direitos e proteções sociais (entendidas como gastos) – o que, de fato, acabou ocorrendo em 2017, com a Reforma Trabalhista, e em 2019, com a da Previdência. Perceba-se como esses discursos têm poder de influenciar os governos, visto que circulam nacionalmente e são recebidos dialogicamente, ou seja, são agregados e em cenário inóspito ao trabalhador, viram leis. São enunciados poderosos que constroem certa visão do trabalhador brasileiro e apontam diretrizes que são aceitas, compondo o conjunto legal discursivo.

A prescrição

A solução para as mazelas do Brasil, que encontram abrigo na improdutividade, é apresentada ao final da matéria e consiste na adoção da privatização, da desregulamentação e da liberalização, medidas que remetem a uma postura macroeconômica diferente da heterodoxia keynesiana experimentada pelo Brasil na década anterior e no início desta década. Por isso, as premissas do pensamento neoliberal são envoltas em uma redoma de positividade e os posicionamentos contrários são negativados, evidenciando o caráter monológico desse discurso. Momentos de crescimento econômico ou de incre-

mento na produtividade do trabalho (positivos) são associados à adoção de medidas ou reformas liberais, ao passo em que o “nacionalismo intervencionista” é atrelado a situações maléficas. Assim, lado a lado, o “esquerdista” Partido dos Trabalhadores, no poder de 2003 a 2016, e a autoritária Ditadura Militar (1964-1985), responsáveis por “subsídios arrogantes”, regulamentações e protecionismos, representam uma lógica contrária ao crescimento (algo ruim). Veja-se que em 2019, o Ministério do Trabalho foi extinto. Os discursos vão erodindo certas instituições, demonstrando como a base discursiva tem poder de influenciar a sociedade. Boa parte dos trabalhadores não se opôs, comprovando-se que situações polifônicas são bastante frágeis em contextos pouco afeitos a debates de ideias e politização. O trabalhador não entra na seara discursiva e não age de maneira conjunta aos seus sindicatos, que também foram alvo de depreciação pela grande mídia – lembra-se que, na esteira das desregulamentações preconizadas pela ideologia neoliberal, foi extinta a contribuição sindical compulsória (também chamada de imposto sindical), o que contribuiu para o enfraquecimento do direito de associação e de organização dos trabalhadores a partir de suas entidades de classe.

The Economist levanta a bandeira do estado mínimo, apresenta a liberalização como a cura da improdutividade. Pressupõe que em um país com a economia desregulamentada e livre, com maior competição, os trabalhadores produziram mais, seriam mais eficientes, porém, passa ao largo da discussão sobre os efeitos colaterais das próprias defesas. O importante é reforçar a ideia da prescrição tripla (privatização, desregulamentação e liberalização). É nesse

sentido que cita os exemplos “salutares” do Agronegócio e do Sistema Financeiro, setores da economia brasileira que, ao serem “deixados livres”, passaram a obter ótimos resultados – mas a pergunta que precisa ser feita é: para quem? São livres mesmo? Não há subsídios? O Banco Central não aprova a taxa de juros? Parece que é justamente o contrário. Há, sim, respaldo governamental para esses setores.

Do texto, depreende-se que qualquer possibilidade de regulação é negativa, como fica evidente no enunciado “não dá para relaxar com essa ameaça à porta” e explícito na expressão “regulamentação arrogante” (Ibid.). O governo petista representava um risco às intenções liberalizantes, logo, era o inimigo a ser combatido. Outro problema apontado era demográfico: a população em idade produtiva estava envelhecendo e, assim, jovens e adultos em idade produtiva deveriam produzir (trabalhar) mais.

A revista mostra dois caminhos, continuar crescendo ou não, mas apenas o primeiro é apresentado por como viável. Não há outra possibilidade a ser considerada. É preciso crescer e, para crescer, é preciso produzir, e os personagens principais dessa produção são os trabalhadores, que precisam produzir mais, argumentação que os reifica. Estes são como coisas, que precisam ser programadas para funcionar de um jeito apropriado; não são sujeitos da própria história e são convocados à atuação social com apenas uma finalidade: trabalhar mais, com menos direitos e garantias e, se possível, com docilidade.

Considerações finais

Bakhtin e Voloshinov (2014, p. 33) ensinam que o discurso reflete e refrata a realidade. Os sujeitos

do discurso ao mesmo tempo em que falam sobre um objeto também o acabam modificando. Assim, o discurso neoliberal, assumido muitas vezes acriticamente pelos meios de comunicação brasileiros ao longo das últimas três décadas, reforçou esse ideário como única saída para os mais diferentes problemas sociais – deixando de lado a constatação de que tal receituário, assim como outros, possui efeitos colaterais. Reduzir o Estado, diminuir as proteções sociais, eliminar direitos trabalhistas, desregulamentar a atividade econômica, especialmente no que diz respeito às relações de trabalho, enfim, todas essas medidas defendidas pela *The Economist* (2014), acabaram sendo adotadas pelo Brasil. Dessa forma, percebe-se que o discurso desse periódico aponta para uma matriz discursiva cristalizada e alinhada aos interesses do grande capital e evidencia, de maneira límpida, os pilares ideológicos do neoliberalismo, em pleno curso no Brasil, de modo mais acentuado a partir de 2016, quando houve o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, até a conjuntura de 2020, em que esse ideário tenta se radicalizar ainda mais.

Se o discurso reflete e refrata a realidade, também é verdade que ele precisa, ainda que minimamente, sob o risco de ser completamente desmoralizado e se tornar alegoria, considerar essa realidade. No cenário de agora, 2020, o mundo se aflige e se preocupa com uma pandemia de dimensões e consequências assustadoras e até então inimagináveis e as ferramentas disponíveis no contexto da ideologia neoliberal para a superação dessa crise global se mostram ineficazes. Para evitar, ou conter, a barbárie, o Estado nunca foi tão necessário. Da mesma forma, também as proteções sociais e as regulamentações, especialmente as

trabalhistas. Os dogmas neoliberais caem por terra e até mesmo os arautos mais radicais dessa ideologia, ainda que à revelia, veem-se obrigados a abandoná-la ou, ao menos, deixá-la momentaneamente de lado. Continuar considerando válidas suas premissas na grave conjuntura de 2020 significa acentuar ainda mais os problemas brasileiros, sendo o maior deles a questão social, cujo aspecto central é a existência de um gigantesco número de pessoas “inúteis para o mundo” e, ao redor delas, de uma série de situações de instabilidade e de incertezas a respeito do amanhã que atestam o crescimento de uma “vulnerabilidade de massa” (CASTEL, 2013, p. 593).

De qualquer forma, o contexto de 2014 era o da disputa política, que se manifestava nos discursos, entre uma visão macroeconômica keynesiana (governos petistas) e a visão neoliberal (oposição). Assim, ao recorrer ao estereótipo do brasileiro preguiçoso, *The Economist* não discutia a improdutividade laboral de forma propriamente dita, mas elaborava um discurso militante que visava reaproximar o Brasil do ideário neoliberal. Item periférico e afônico na arquitetura discursiva monológica da revista, o trabalhador brasileiro era vislumbrado em dois momentos: naquele presente (2014) e no futuro (após 2014), sendo que o primeiro estágio era negativo, até mesmo doentio, uma vez que este sujeito estava improdutivo. No entanto, em um tempo vindouro, poderia, aliás, deveria – e nisso consistia o autoritarismo dessa prescrição – se tornar produtivo (no sentido do termo dado pelo capital). Em outras palavras, na perspectiva neoliberal, desde que o país tivesse a habilidade de construir um ambiente macroeconômico liberalizado, esse trabalhador produziria mais, faria crescer o ritmo de acumulação

do capital, o que era positivo – para o capital, e não para o trabalhador. Reitera-se que essa obrigação de conversão à produtividade – como se o brasileiro já não fosse influenciado por essa lógica – não era apenas uma receita para o crescimento econômico, mas também, na opinião da revista, o único caminho “correto” a ser trilhado – caso não fosse, o país poderia sofrer de uma punição, uma maldição, chamada por *The Economist* de “sono ainda mais profundo”.

Ao final e ao cabo, desse embate dialógico, em que a voz monológica da revista se sobressaía, ficava assegurada a circulação e o reforço, na ideologia do cotidiano (BAKHTIN;VOLOSHINOV, 2014, p. 37), de um estereótipo que vinha a calhar aos interesses do capital e que interferia na constituição de uma consciência de si dos trabalhadores brasileiros, bem como na imagem que os outros (o mundo) tinha deles (de nós). *The Economist* é autora monológica de uma imagem externa do brasileiro e essa construção discursiva tinha o objetivo de retratar esse sujeito histórico de maneira derrisória, visando interferir na disputa política para, assim, ser possível a intervenção nas políticas macroeconômicas – o que, de fato, como comentado, acabou acontecendo. Há que se considerar, entretanto, que embora represente um discurso forte sobre o “ser” do trabalhador brasileiro, e apesar de todo o autoritarismo contido nela, esta visão não é única. Há outros construtores da imagem externa do brasileiro, outros definidores estéticos, outras visões, por meio das quais ele também se constitui e assimila à sua própria identidade. Dessa forma, cabe retomar esses discursos outros, inserindo-os no diálogo cotidiano que é a vida, para que esse trabalhador possa ser aquilo que, de fato, é: um ser que trabalha, sim, mas

alguém cuja vida precisa ser preservada. Todavia, como registramos, o desmonte das leis trabalhistas, da Previdência Social e do Ministério do Trabalho contou com o apoio da maioria, incluindo milhões de trabalhadores. A Educação *lato sensu*, a Cultura, a Educação Profissional e Tecnológica poderiam ser a saída para se construir uma sociedade mais democrática em que os trabalhadores tivessem voz plena em uma situação polifônica. Na ausência desse cenário, os discursos hegemônicos ganham força, reduzindo o universo laboral à esfera econômica, circunscrevendo o trabalhador a uma unidimensionalidade, reduzindo as esferas da sociabilidade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

_____. VOLOSHINOV, Valentín. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 16. ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

KURZ, Robert. Manifesto contra o trabalho (Grupo Krisis). Coletivo Sabotagem, 1999. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/403969/Manifesto+Contra+o+Trabalho+Grupo+Krisis.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2019.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

OBERHOLZER-GEE, Felix; ANAND, Bharat N.; GOMEZ, Lizzie. The Economist. **Harvard Business School Case 710-441**, mar. 2010. Disponível em <<http://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=38580>>. Acesso em 07 mai. 2015.

MOLINA, Matías M. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2013. Suplemento Eu & Fim de Semana. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_tempos_nunca_vistos-2/>. Acesso em 29 set. 2014.

THE ECONOMIST GROUP. Disponível em: <<http://www.economist-group.com/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

THE ECONOMIST. **Our expiring commercial treaty with the Brazils**. The Economist, Londres, 02 set. 1843. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1857194>>. Acesso em: 29 mai. 2015

_____. **Brazil takes off**. The Economist, Londres, 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em 06 out. 2014.

_____. **A breakdown of trust**. The Economist, Londres, 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>>. Acesso em 10 out. 2014.

_____. **a. The 50-year snooze**. The Economist, São Paulo, 19 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21600983-brazilian-workers-are-gloriously-unproductive-economy-grow-they-must-snap-out>>. Acesso em: 18 set. 2014

_____. **b. Why Brazil needs change**. The Economist, Londres, 18 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. c. **A riven country**. The Economist, São Paulo, 27 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/americas-view/2014/10/brazils-presidential-election-2>>. Acesso em 07 nov. 2014.

VOLOSHINOV, Valentin. **A palavra na vida e na poesia**: introdução ao problema da poética sociológica. In: BAKHTIN, Mikhail. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 184p.

DADOS DOS AUTORES

Angela Maria Rubel Fanini

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-7088-1251>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

É doutora em Teoria Literária e Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE). Email: rubel@utfpr.edu.br. Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5603456212749590>
rubel@utfpr.edu.br

Erike Luiz Vieira Feitosa

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-9750-646X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

É graduado em Comunicação Social - Jornalismo, mestre em Tecnologia e doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), jornalista do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e membro do grupo de pesquisa "Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais". Email: erik.feitosa@ifpr.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5342534531229145>. erikfeitosa@gmail.com